



Comissão Económica para África
Comité de Peritos
Trigésima quarta reunião**União Africana**
Comité de Peritos
Primeira reunião**Oitava Reunião Anual Conjunta do Comité Técnico
Especializado da União Africana para as Finanças, Questões
Monetárias, Planeamento Económico e Integração* e da
Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, do
Planeamento e do Desenvolvimento Económico da Comissão
Económica para África****Reunião dos Comités de Peritos**
Adis Abeba, 25–27 de Março de 2015

Progressos na aplicação dos domínios prioritários do Programa de Acção de Istanbul para os Países Menos Avançados

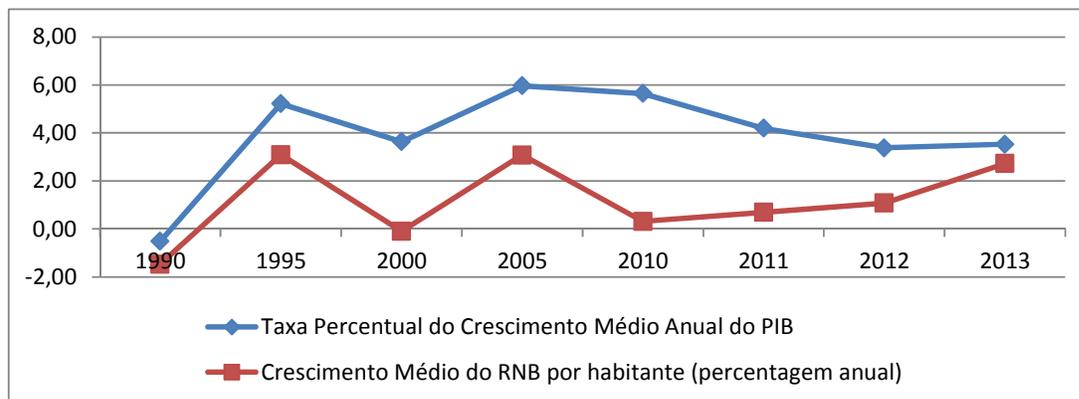
1. Visão geral

1. A avaliação intercalar da execução do programa de acção de Istanbul terá lugar na Turquia, em 2016. A avaliação será precedida, em 2015, por vários eventos decisivos que terão grandes repercussões para todos os países menos avançados. Estes eventos incluem o Financiamento da Conferência de Desenvolvimento previsto para Julho, em Adis Abeba; a adopção da agenda de desenvolvimento pós-2015, em Setembro; e a Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, prevista para Novembro, em Paris. A importância da ajuda oficial ao desenvolvimento na carteira de financiamento dos países menos avançados, juntamente com as incertezas no financiamento ao desenvolvimento devido à crise financeira mundial, torna o Financiamento dos Resultados da Conferência de Desenvolvimento de grande interesse para esta categoria de países. Da mesma forma, dada a vulnerabilidade dos países menos avançados às alterações climáticas, e as implicações financeiras da adaptação ao clima, as conclusões da Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas serão de particular importância para esses países. Além disso, visto que os objectivos de desenvolvimento sustentável reforçam o apoio mundial e o compromisso em relação às necessidades especiais dos países menos avançados, com efeito, constituirão um instrumento valioso para ajudar esses países a satisfazer as suas aspirações de graduação. Em última análise, os resultados colectivos desses eventos terão repercussões nas perspectivas de graduação dos países menos avançados de modo geral.

* O Comité Técnico Especializado substitui a Conferência dos Ministros Africanos da Economia e das Finanças (CAMEF) e a Conferência dos Ministros Africanos da Integração (COMAI). O Comité Técnico Especializado reúne os ministros das finanças, questões monetárias, planeamento económico e integração.

Figura 1

Tendências do Produto Interno Produto e do Rendimento Nacional Bruto em países africanos menos avançados



Fonte: Cálculos feitos pela Comissão Económica para África (CEA) com base nos dados do Banco Mundial, 2014.

2. De um modo geral, o ritmo de crescimento nos países menos avançados diminuiu, sendo que vários países registaram uma taxa de crescimento não inferior a 7%, baixando de 14 em 2012 para 11 em 2013. A tendência não tem sido diferente para os países africanos menos avançados, cujas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) diminuíram de 5,6% em 2010 para 3,37% em 2012 e 3,53% em 2013. As taxas do Rendimento Nacional Bruto por habitante dos países africanos menos avançados têm estado a crescer desde 2010, reflectindo um aumento nas transferências líquidas para esses países. Avaliado em termos de PIB por trabalhador, as capacidades produtivas têm vindo a aumentar desde 2005, apesar de uma diminuição registada em 2011. O alavancamento das capacidades produtivas requer investimentos complementares em infra-estruturas, saúde e educação. Apesar dos vários projectos regionais de infra-estruturas em curso iniciados em África, dados recentes sugerem que, após uma subida acentuada em 2007, as infra-estruturas rodoviárias têm estado a deteriorar-se desde então, enquanto as infra-estruturas ferroviárias se mantiveram estagnadas.

3. No que refere aos aspectos positivos, constata-se que tem havido melhorias nos indicadores do sector de saúde, particularmente no que diz respeito à mortalidade materna e infantil, bem como à má nutrição. No entanto, a epidemia do Ébola na Sierra Leone, Libéria e Guiné veio expor a vulnerabilidade dos sistemas de saúde dos países africanos menos avançados em relação aos choques.

4. No que diz respeito à educação, a taxa líquida de inscrição no ensino primário, bem como a paridade de género no ensino primário melhoraram, mas a qualidade do ensino primário continua baixa; um em cada dois alunos está mais propenso a abandonar a escola nos países africanos menos avançados. O acesso às redes de telefonia móvel também melhorou, embora o acesso à Internet continua fraco. A sustentabilidade dos resultados objectos até à data exigirá maior resiliência aos choques e uma competitividade mundial mais sólida. No entanto, os países africanos menos avançados representam menos de 1% do comércio mundial e as suas economias são dependentes de algumas matérias-primárias, que os torna vulneráveis aos choques e altamente dependente da ajuda

oficial ao desenvolvimento. No entanto, a fraca recuperação mundial reduziu as perspectivas de aumento da ajuda oficial ao desenvolvimento num futuro próximo. Na verdade, o volume total da ajuda oficial ao desenvolvimento baixou em 2012, em termos reais, durante 2011 e prevê-se uma diminuição na ajuda programável por país de 5% em 2014, devido ao acesso limitado aos subsídios, uma fonte importante de financiamento do desenvolvimento nos países menos avançados. A ajuda oficial ao desenvolvimento para os países africanos menos avançados não foi avaliada de acordo com a sua representação na categoria de países menos avançados. Ao longo do período 2005-2013, o crescimento médio em ajuda oficial ao desenvolvimento para os países africanos menos avançados ficou abaixo da média global para todos os países menos avançados, mesmo assim África é onde estão localizados a maioria desses países. Enquanto isso, a capacidade de mobilização de recursos internos é fraca, tal como evidenciado pelos baixos rácios receita / PIB, que representam, em média, menos de 20% dos países africanos menos avançados.

2. Progressos na execução do Programa de Acção de Istanbul

2.1 Capacidade de produtividade

5. Os países africanos menos desenvolvidos continuam a enfrentar défices de infra-estruturas e uma mão-de-obra não qualificada, o que restringe os seus actuais esforços e dos seus parceiros de desenvolvimento para promover o desenvolvimento sustentável.

Redes rodoviárias e ferroviárias

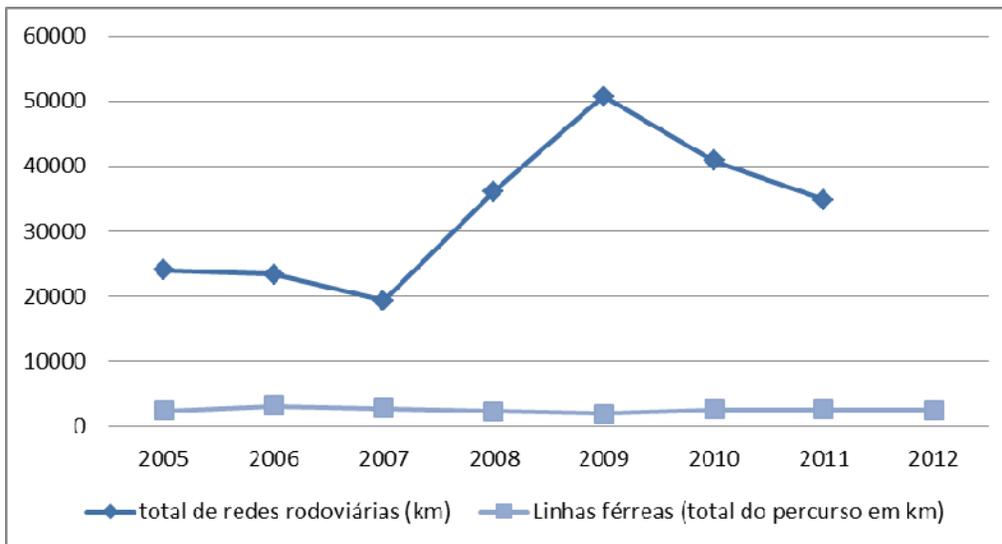
6. Tendo em conta as contribuições positivas do sector dos transportes para o crescimento e o desenvolvimento, os países menos avançados e seus parceiros de desenvolvimento, comprometeram-se, no Programa de Acção de Istanbul, a expandir substancialmente, de forma combinada, a extensão da rede ferroviária e rodoviária, marítima e aérea até 2020. A Figura 1 mostra uma tendência decrescente do acesso às redes rodoviárias entre 2009 e 2011, anulando a evolução positiva registada entre 2007 e 2009. Os principais projectos para a melhoria da rede rodoviária incluem a conclusão da ligação em falta do Corredor Rodoviário Transafricano, o que implica vários projectos de construção, reabilitação e extensão das estradas. Dada a natureza radial de muitos dos corredores de transporte no continente, a ligação em falta no transporte rodoviário deve diminuir a medida que o corredor rodoviário avança. Na verdade, faltando apenas 1% do Corredor Rodoviário por pavimentar na região, a África do Norte esforçou-se verdadeiramente. Outras regiões, nomeadamente a África Oriental e Central, que partilham uma ligação em falta de 17% e 65%, respectivamente, precisam de redobrar os seus esforços (Comissão Económica para África (CEA) e outros, 2013). Conscientes desses desafios, muitos países africanos menos avançados, tais como Angola, Etiópia, Rwanda e Uganda, lançaram iniciativas internas para ampliar e actualizar as suas redes rodoviárias (Nações Unidas, Gabinete do Alto Representante para os Países Menos Avançados, Países em Desenvolvimento Sem Litoral e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (UN-OHRLLS, 2014).

7. Por outro lado, a construção ferroviária ficou estagnada durante o período de 2005 a 2012 (Figura 2), devido à falta de investimentos neste sector. No entanto, foram tomadas importantes iniciativas para melhorar as ligações ferroviárias nos países menos avançados e nos países vizinhos. A maioria dessas iniciativas baseia-se no quadro da União Africana dos Caminhos-de-Ferro, que encoraja a adopção de vias férreas com bitola padrão (CEA e outros, 2013). As redes planeadas para a África Oriental e Austral no âmbito da abordagem do corredor adoptado incluem uma ligação ferroviária para Djibouti, Etiópia, Sudão e Sudão; um projecto ferroviário que interliga o Quênia, Sudão e Etiópia com o corredor Etiópia – Djibuti; e o caminho-de-ferro da bacia de Kagera

que liga a Tanzânia, Rwanda e Burundi. O principal projecto regional ferroviário da Comunidade Económica dos Estados da África Central é estender o caminho-de-ferro Leketí – Franceville entre o Gabão e o Congo. A rede ferroviária do Magrebe tem uma extensão de 8.383 km, sendo 5.587 km de bitola padrão, que funcionam nas principais cidades e portos da região. No entanto, a falta de meios de transporte ferroviário na Líbia e na Mauritânia impossibilitou a ligação de todos os países do Magrebe.

Figura 2

Linhas rodoviárias e ferroviárias nos países africanos menos avançados (km)



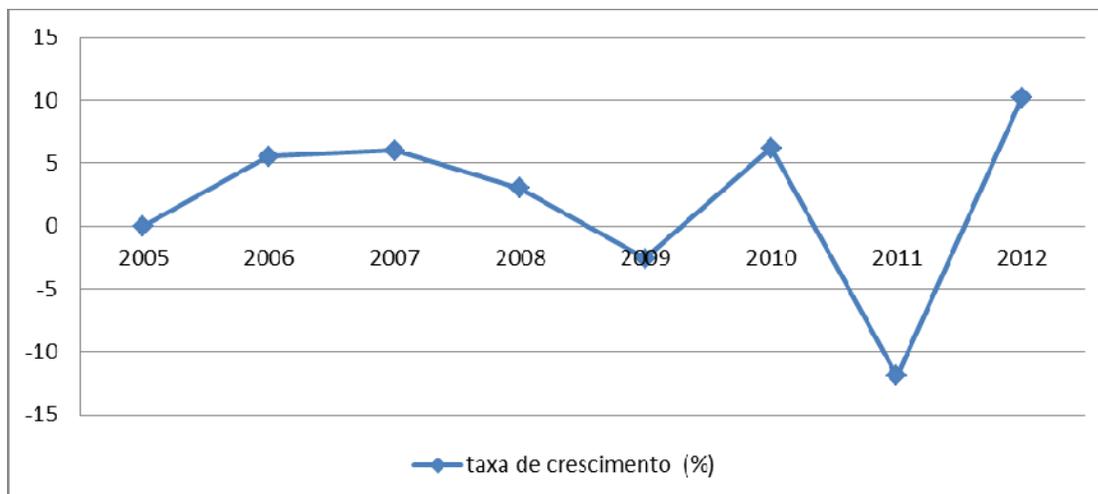
Fonte: Banco Mundial, 2014.

Taxa de crescimento do PIB por trabalhador

8. O aumento da produtividade do trabalho é fundamental para o reforço da competitividade dos países menos avançados nos mercados regionais e mundiais. O PIB por trabalhador é um meio de avaliar a produtividade do trabalho. Após um aumento de cerca de 15,25% entre 2005 e 2008, a produtividade do trabalho baixou drasticamente em 2011, antes da sua retomada em 2012.

Figura 3

Taxa de crescimento do PIB por trabalhador nos países africanos menos avançados ¹



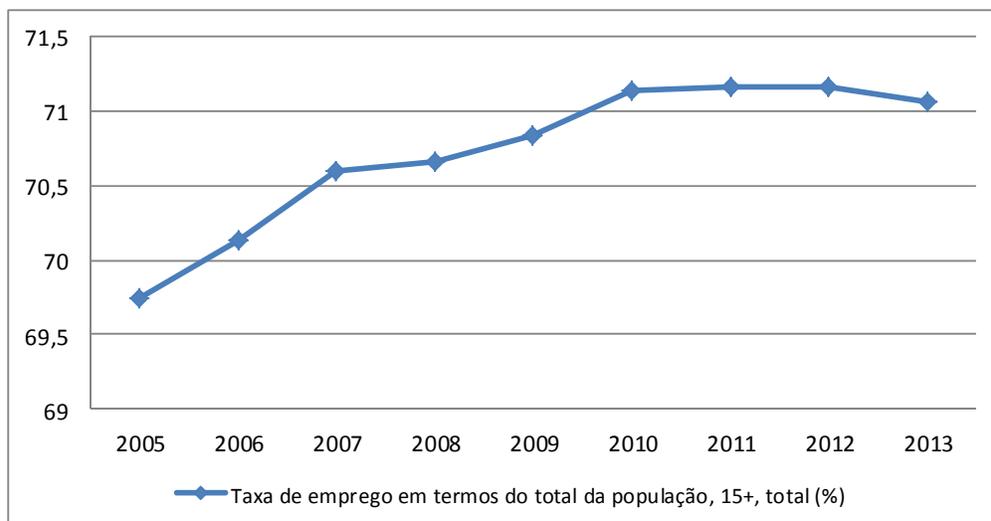
Fonte: Banco Mundial, 2014.

Taxa de emprego em termos do total da população

9. A taxa de emprego em termos de total da população dos países africanos menos avançados registou apenas um aumento moderado, reflectindo as poucas oportunidades de emprego resultantes do crescimento verificado naqueles países. A taxa de emprego em termos de total da população estagnou em cerca de 71% desde 2010, seguindo-se um aumento modesto de 2 pontos percentuais entre 2005 e 2010 (Figura 4). O reforço das capacidades para a adição de valor e a diversificação da economia é fundamental para aumentar a taxa de emprego em termos de total da população.

Figura 4

A taxa de emprego em termos de total da população nos países africanos menos avançados



Fonte: Banco Mundial, 2014.

Telecomunicação

10. O acesso à tecnologia da informação e das comunicações continuou a melhorar em 2011, registrando um aumento do número de assinaturas de serviços móveis e Internet, embora com velocidades diferentes. O mais impressionante crescimento ocorreu na área da telefonia móvel. Calcula-se que 5 em cada 10 pessoas nos países menos avançados tenham-se tornado assinantes de telefonia móvel em 2012, em comparação com 4 em cada 10 pessoas em 2011. No entanto, a assinatura móvel na Eritreia e na Somália foi menos de 20 por cada 100 habitantes (CEA e outros, 2014).

11. O nível médio de penetração da Internet continua a ser relativamente baixo em África, situando-se em 14 utilizadores por 100 habitantes em 2012. Na maioria dos países africanos menos avançados, incluindo o Burundi, Eritreia, Etiópia, Guiné, Níger, Sierra Leone e Somália, a taxa de utilizadores da Internet foi inferior a 2 por 100 habitantes. No entanto, República Democrática do Congo e a Sierra Leone tiveram um bom desempenho, tendo crescido o número de utilizadores de Internet por cada 100 pessoas em mais de 40% entre 2011 e 2012. A República Centro Africana, Etiópia e Malawi também registaram um crescimento de 30% de utilização da Internet. Os países africanos menos avançados devem trabalhar para aumentar significativamente o acesso aos serviços de telecomunicações, de modo a oferecer o acesso total de Internet até 2020.

2.2 Agricultura, segurança alimentar e desenvolvimento rural

12. A base de dados existente sobre a agricultura e a segurança alimentar nos países africanos menos avançados é demasiado fraca. Relativamente à prevalência de subnutrição entre crianças menores de 5 anos de idade, apenas 15 países africanos menos avançados têm dados para o período 2010-2012, enquanto 12 têm dados para o período 2005-2009. Um aspecto positivo é que, todos os 15 países com dados de 2010-2012 revelaram reduções na prevalência da subnutrição, em comparação com os dados do ano anterior. No entanto, uma tendência preocupante a este respeito é a despesa pública em relação à agricultura. Entre os 13 países africanos menos avançados com

dados para o período 2001-2013, há uma clara tendência negativa nesse sentido, registrando-se uma redução da média das despesas agrícolas em proporção das despesas públicas totais de 4,6% em 2001 para 2,9% em 2011, com base nos dados de oito países (FAO, 2015). No entanto, importa referir que há uma grande diversidade entre estes países. A Zâmbia, por exemplo, está entre os primeiros 10 do mundo no que diz respeito a despesas públicas na agricultura (FAO, 2014). Tudo leva a crer que esta política tem tido importantes efeitos positivos, tendo em conta o aumento do índice de produção alimentar da Zâmbia de 98 em 2005 para 156 em 2012. Os números correspondentes para o grupo dos países menos avançados em África foram de 100 em 2005 e 131 em 2012. Além disso, o consumo de fertilizantes da Zâmbia por hectare de terra arável foi em média 30,5 kg (2005-2012), quase quatro vezes a média dos países africanos menos avançados de 8,5 kg ao longo do mesmo período. Apenas o Malawi tem indicadores mais elevados (34,9 kg).

2.3 Comércio

13. A participação dos países menos avançados nas exportações mundiais de bens e serviços foi estimada em 1,1% em 2011, longe da meta prevista de 2% até 2020 (UN-OHRLLS, 2014). Os países africanos menos avançados representaram 0,79% do comércio mundial nas exportações de mercadorias e serviços em 2012, enquanto os países menos avançados da região Ásia-Pacífico contribuíram com 0,3% do total. Os produtos de base representaram uma parte substancial (93,9%) das exportações dos países africanos menos avançados, em comparação com os 40,4% dos países menos avançados da região Ásia-Pacífico. Isto realça a transformação limitada das economias dos países africanos menos avançados e a sua grande vulnerabilidade aos choques económicos. Apenas seis países africanos menos avançados, incluindo países exportadores de petróleo (Angola, Chade e Guiné Equatorial) e países exportadores de minerais não combustíveis (República Democrática do Congo e Zâmbia) tinham excedentes comerciais em 2013, (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED, 2014).

14. Os regimes preferenciais não recíprocos têm desempenhado um papel importante na promoção das exportações dos países menos avançados para os mercados dos países desenvolvidos, particularmente, muitos dos quais hoje fornecem 100 ou aproximadamente 100% de acesso de isenção de direitos e de quotas ao mercado. Além disso, os países desenvolvidos têm fornecido preferências aos países menos avançados ao abrigo dos vários canais multilaterais, regionais e bilaterais. A lei de Crescimento e Oportunidade para África é uma ilustração das iniciativas tomadas pelos países desenvolvidos para promover as importações a partir dos países menos avançados. Contudo, comparando com os outros países menos avançados, as exportações dos países africanos menos avançados admitidas com isenção de direitos alfandegários para os países desenvolvidos permaneceram relativamente constantes, alterando menos de 1% entre 2010 e 2011 (Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, 2014). O compromisso de garantir acesso de isenção de direitos e de quotas ao mercado para as exportações dos países menos avançados foi reiterado durante a Nona Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, realizada em Bali, na Indonésia, em 2013 (UN-OHRLLS, 2014). Foi igualmente acordado na conferência que os 15 anos de derrogação relativamente ao tratamento preferencial aos serviços e prestadores de serviços dos países menos avançados devem ser operacionalizados, e que o novo programa de trabalho da Ajuda ao Comércio deve ter como base a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015. No entanto, os países africanos menos avançados ainda não ultrapassaram os seus condicionalismos em termos de oferta e os défices de infra-estruturais ligadas ao comércio para poder beneficiar totalmente destes regimes preferenciais.

2.4 Produtos de base

15. A diversificação económica é um instrumento essencial para promover a criação de emprego e o desenvolvimento económico nos países menos avançados. Infelizmente, o ritmo da diversificação continua a ser lento em África. No entanto, dos 29 países que possuem dados, 19 registaram uma baixa nos seus rácios de concentração, o que contribuiu para um declínio no índice médio de concentração das exportações, saindo de 0,5 em 2005 para 0,46 em 2013. Ainda assim, países como Angola (0,95), Chade (0,86) e Guiné Equatorial (0,79) têm rácios de concentração extremamente elevados.

16. As economias baseadas em recursos foram as que tiveram piores desempenhos no índice de concentração, em geral. Por exemplo, outra medida de concentração das exportações baseada no número de produtos representando mais de 75% das exportações mostra que Angola, uma economia baseada em recursos, tinha apenas um produto (petróleo), enquanto a República Unida da Tanzânia tinha 31 produtos, em 2009, (Banco Africano de Desenvolvimento e outros, 2011). A este respeito, é necessário mais esforço para melhorar a diversificação económica em África. Sendo assim, a Comissão Económica para África (CEA) tem redobrado os seus esforços em questões relacionadas com a diversificação económica, transformação estrutural e industrialização centrada em produtos de base. Os Estados-membros foram encorajados a conceber e implementar planos de desenvolvimento inovadores para alcançar esses objectivos.

2.5 Desenvolvimento humano e social

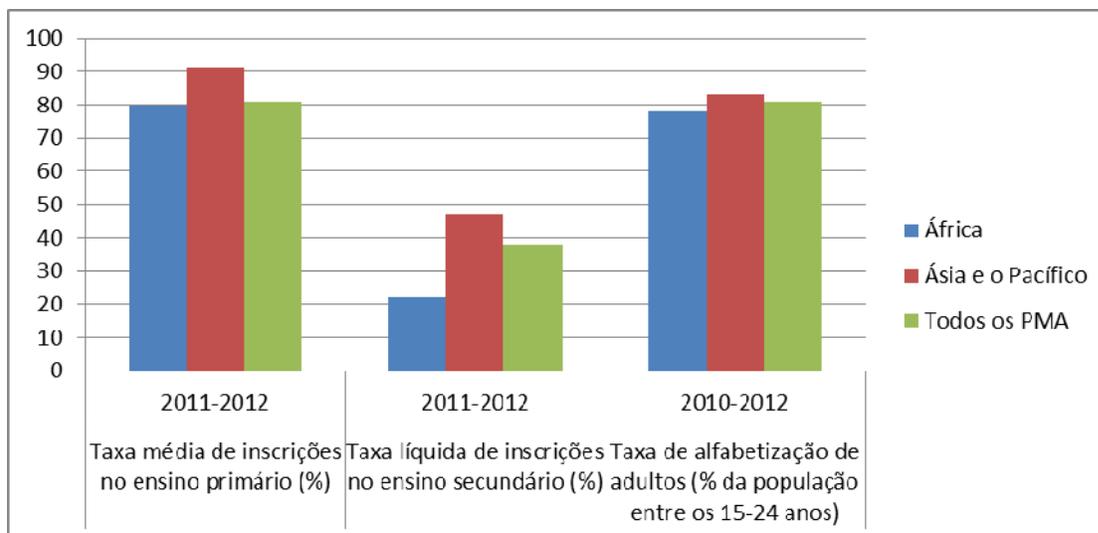
Educação e formação

17. O acesso à educação e à formação é importante para o desenvolvimento de competências e o reforço das capacidades produtivas. Dados sobre as taxas de inscrições do ensino primário dão uma indicação sobre o acesso ao ensino básico. Entre os 34 países africanos menos avançados, apenas 20 apresentaram estatísticas para 2010 e anos seguintes. Entre os quais, a taxa média de matrícula líquida ajustada é de 79% (2010-2013), mas esse número varia de 99% (São Tomé e Príncipe, 2010) para 41% (Libéria, 2011). Na verdade, apenas sete países apresentaram taxas superiores a 90% durante o período 2010-2013: Benim, Burundi, Rwanda, São Tomé e Príncipe, Togo, Uganda e Zâmbia. Um grande número de crianças nos países africanos menos avançados tem dificuldade em matricular-se no ensino primário¹. Naturalmente, esses resultados reflectem-se nas taxas de alfabetização. Estimativas do Instituto de Estatísticas da UNESCO revelam que a taxa média de alfabetização entre os jovens (15-24 anos de idade) em 30 países africanos menos avançados para o ano corrente (2015) situa-se em 70%, variando de 98% na Guiné Equatorial para 27% no Níger. A média equivalente para a alfabetização de adultos (15 anos e mais) é de 60%, variando entre 95% na Guiné Equatorial e 19% no Níger. Claro, nenhum dos indicadores de educação aborda a questão da qualidade. A escassez de dados torna muito difícil tirar conclusões sobre as tendências a este respeito.

Figura 5

Comparação dos países menos avançados com base nos indicadores de educação

¹ As estimativas baseiam-se em 18 países para o período 2010-2012.



Fonte: Banco Mundial, 2014.

Desenvolvimento dos jovens

18. A jovem população africana pode render um dividendo demográfico se efectivamente for orientada mediante investimentos nas suas capacidades produtivas. O acesso ao ensino secundário e terciário, bem como a formação profissional é um indicador relevante de desenvolvimento da capacidade dos jovens. A taxa bruta de matrículas no ensino secundário aumentou em 23% em 21 países africanos menos avançados, segundo dados do período 2008-2012. Relativamente ao ensino terciário, os dados são ainda mais animadores. Entre 18 - 23 países africanos menos avançados com dados do período 2008-2012, a taxa de matrículas subiu em 52%. Tal constitui uma evolução positiva que pode ser melhorada mediante investimentos com vista a melhorar a qualidade do ensino e aumentar as taxas de conclusão. Contudo, importa referir que existem muitos países sem dados e países com taxas muito baixas de participação no ensino superior. Tal como foi já referido, a taxa de alfabetização entre os jovens nos países africanos menos avançados ainda é bastante baixa, reflectindo a baixa qualidade educacional. Em geral, os países africanos menos avançados apresentam uma pontuação inferior em relação aos seus homólogos da Ásia e do Pacífico e a média geral das taxas de alfabetização e da taxa líquida de inscrição no ensino primário e secundário entre os países menos avançados (Figura 5).

População e cuidados de saúde primários

19. A disponibilidade de dados relativos à saúde melhorou significativamente. Indicadores da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas para as taxas de mortalidade de menores de 5 anos para 32 países africanos menos desenvolvidos referente ao período 2005-2013 revelam um declínio de 28% da mortalidade de menores de 5 anos, passando de 128 mortes por 1.000 nascidos em 2005 para 92 em 2013. Registaram-se melhorias a todos os níveis; Angola e Eritreia registraram o maior declínio entre 2005 e 2013, passando de 205 para 167 e de 70 para 50, respectivamente. As taxas de mortalidade infantil também melhoraram nos países africanos menos avançados, visto que a média de mortes por cada 1.000 nascimentos caiu consideravelmente, passando de 80 em 2005 para 62 em 2013, uma melhoria média de 18%. Um desempenho positivo semelhante foi sobretudo evidente nas taxas de mortalidade materna, onde a média de mortes por cada 100.000 nascimentos caiu de 676 em 2005 para 506 em 2013. Os valores mais altos e mais baixos também caíram, de 1.600 para 1.100 (Sierra Leone) e de 260 para 210 (São Tomé e Príncipe), entre 2005 e 2013. Embora tais melhorias sejam louváveis, as taxas ainda são elevadas do ponto de vista global. Um aspecto

positivo a mencionar é que, mesmo os pequenos investimentos adicionais em matéria de cuidados primários de saúde (ver abaixo os gastos públicos em saúde) geram melhorias substanciais no desenvolvimento humano, daí a necessidade de aumentar tais investimentos.

Abrigo, abastecimento de água e saneamento

20. A proporção da população que utiliza uma fonte de água melhorada continuou a melhorar constantemente, mas a um ritmo lento nos últimos anos. Tendo como base 30-32 países africanos menos avançados, dependendo do ano de referência, a média melhorou de 62% em 2005 para 67% em 2012. Da mesma forma, com base em 29 países, a proporção da população que utiliza instalações de saneamento de boa qualidade aumentou, ainda que marginalmente, passando de 25% (sendo o melhor valor de 62 em Djibuti e o pior valor de 8 no Níger) em 2005 para 29% em 2012 (sendo o melhor valor de 65 no Rwanda, e o pior 9 no Níger). Em geral, apenas quatro países africanos menos avançados fornecem instalações de saneamento de boa qualidade para metade ou mais dos seus cidadãos.

Igualdade de género e emancipação das mulheres

21. Algumas mudanças positivas são evidentes entre os países africanos menos avançados em termos de paridade de género na educação. Têm-se constatado melhorias mais acentuadas no ensino superior. De 15-18 países, a paridade de género a nível do ensino secundário aumentou em 8%, passando de 0,78 para 0,85 entre 2005 e 2012. A nível terciário, houve uma melhoria de 14%, passando de 0,54 para 0,62 durante o mesmo período, com base em dados de 11-17 países africanos menos avançados. Contudo, a diversidade entre esses países é grande. O Chade apresenta a mais baixa paridade entre homens e mulheres com 0,17, enquanto o Lesoto apresenta consistentemente rácios superiores a 1, reflectindo uma maior representação das mulheres em relação aos homens (1,51 em 2012). A representação da mulher nos parlamentos dos países africanos menos avançados tem sido impressionante, aumentando em 50% entre 2005 e 2014. Esse desempenho deve-se, no entanto, a tendências registadas em alguns países como o Rwanda. Em 2014, apenas 7 dos 34 países menos avançados tinham mulheres ocupando 30% ou mais dos assentos nos parlamentos nacionais, ao passo que a representação das mulheres nos parlamentos nacionais inferior a 10% em três países (Benim, Gâmbia e Mali). O Rwanda emergiu como pioneiro neste indicador, tendo a proporção de mulheres que ocupam assentos no Parlamento Nacional atingindo um nível sem precedentes de 64% em 2014. Os outros países africanos menos avançados com menos de 30% de representação são Angola, Burundi, Moçambique, Senegal, Uganda e República Unida da Tanzânia (2014). No espírito de melhorar a emancipação das mulheres, os líderes africanos realizaram a 24ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, sob o tema “Emancipação das mulheres e Desenvolvimento no Quadro da Agenda 2063 de África”, e definiram para 2015 como Ano da Emancipação das Mulheres e do Desenvolvimento com vista à Realização da Agenda 2063 de África (União Africana, 2015).

Protecção Social

22. Os programas de protecção social amparam as famílias dos choques económicos e reduzem a pobreza, ajudando ao mesmo tempo a diminuir as desigualdades. Nos últimos anos, os países africano menos avançados criaram várias redes de segurança social formais tendo em vista a protecção das pessoas vulneráveis aos choques. Uma área de protecção social que está a ganhar força em todo o mundo e entre os países africanos menos avançados é dos programas de alimentação escolar. De acordo com um relatório do Programa Alimentar Mundial, quase todos os países africanos menos avançados (excepto a Guiné Equatorial e a Eritreia) tinham esses programas (fornecidos pelo Governo, o Programa Alimentar Mundial ou outros). Estes programas atingiram um total de 16,5 milhões de crianças, representando uma média de 36% de todas as crianças no

ensino primário nos países africanos menos avançados. No entanto, mais uma vez mais, houve uma grande diversidade entre os países africanos menos avançados, com uma cobertura que varia entre 100% (Burkina Faso, Lesoto, Libéria e São Tomé e Príncipe) e 1% (Uganda). Assim, há um défice enorme de cumprimento que situou, em termos médios, um nível de 74%, que se eleva a pelo menos 84 milhões de crianças (visto que Angola, Comores, Guiné Equatorial e Eritreia não forneceram dados de cobertura) (PAM, 2013). As redes de segurança social, no entanto, tendem a ser projectos-piloto fragmentados e, em grande parte, financiados por doadores e, por conseguinte, são insustentáveis. O Programa da Rede de Segurança Produtiva da Etiópia, por exemplo, é totalmente financiado pelos doadores (UN-OHRLLS, 2014). As redes de segurança social no Rwanda e na República Unida da Tanzânia, no entanto, foram considerados mais institucionalizadas e sustentáveis (Banco Mundial, 2014b).

2.6 Múltiplas crises e contínuos desafios

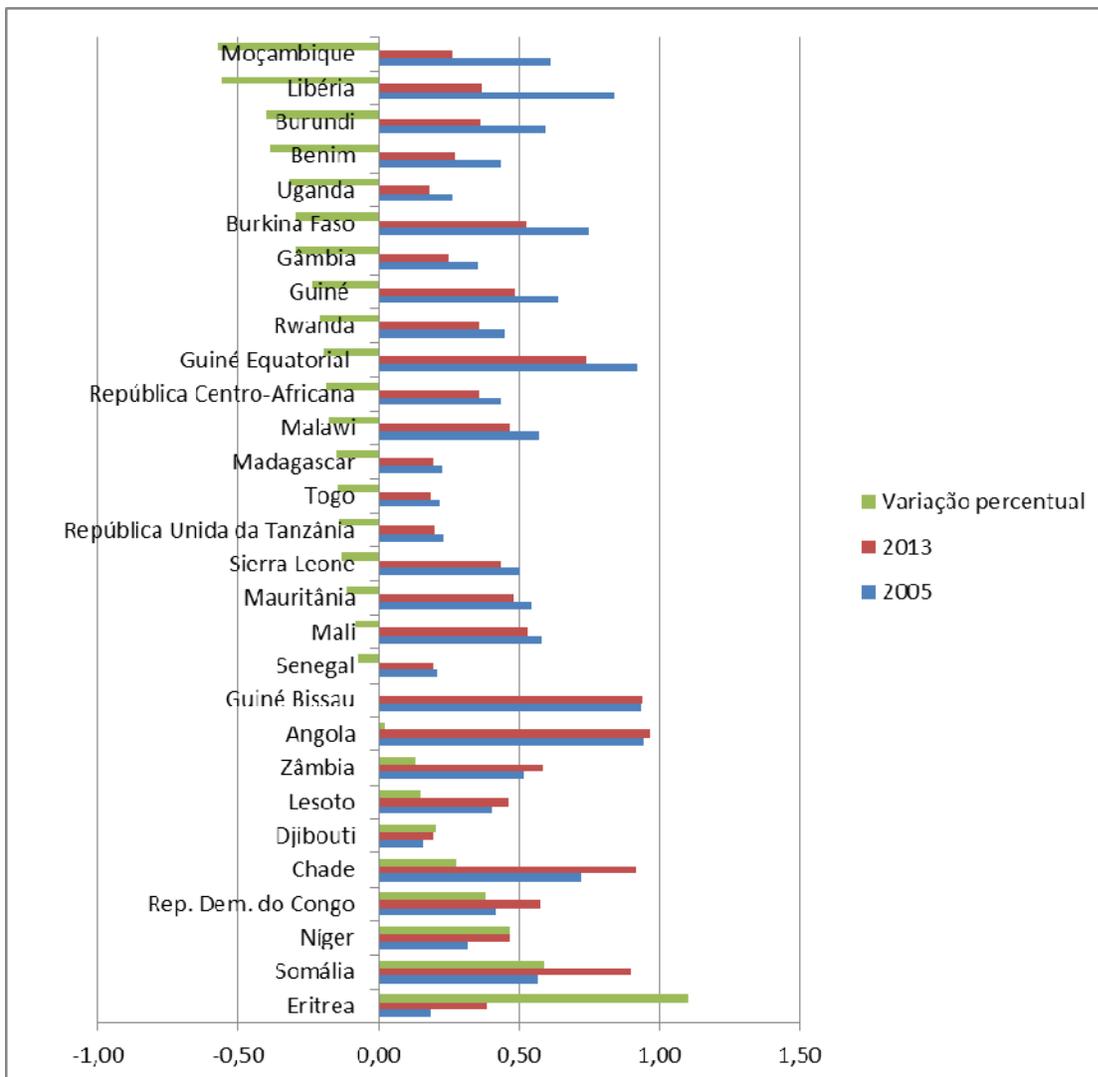
23. Os países africanos continuam a ser extremamente vulneráveis aos choques económicos e às alterações climáticas. Além disso, os esforços de África com vista a mitigar ambos os desafios continuam fracos, especialmente entre os países menos avançados. Em 2010, por exemplo, apenas uma média de 27% das terras entre os países africanos menos avançados estava coberta por floresta, enquanto a percentagem de áreas terrestres e marinhas protegidas era ainda menor 12,76% em 2012. Individualmente, no entanto, a República Unida da Tanzânia e a Zâmbia tinham mais de 30% de áreas terrestres e marinhas protegidas. Esforços devem ser redobrados para não somente atenuar os efeitos das alterações climáticas, mas também para permitir uma adaptação aos seus efeitos. Isto só é possível através do desenvolvimento e melhoria dos sistemas de adaptação local para o controlo das emissões e a melhoria da resposta às emergências e dos sistemas de alerta prévio, entre outras medidas.

24. Da mesma forma, embora o índice média de concentração das exportações entre os países africanos menos avançados tenha caído de 0,5 em 2005 para 0,46 em 2013, alguns países registaram aumentos significativos, indicando níveis mais elevados de concentração das suas exportações (Figura 6). Os países africanos continuam a defender a transformação estrutural com vista à criação da resiliência económica, mas isso deve ser complementado com processos, mecanismos e instituições sólidos, inovadores e eficazes da política industrial.

25. Desde 2014 que regiões da África Ocidental têm sido devastadas pelo vírus Ébola. Os países mais atingidos, tais como a Libéria, Sierra Leone e Guiné, estão todos no grupo de países menos avançados e foram gravemente afectados, registando inclusivamente uma desaceleração na actividade económica, a queda nas receitas e o aumento de despesas e défices fiscais. Acima de tudo, revelaram a fragilidade de África e, em alguns casos, o nível zero de resiliência a a crises.

Figura 6

Índice de concentração das exportações nos países africanos menos avançados, 2005-2013



Fonte: CNUCED, 2014.

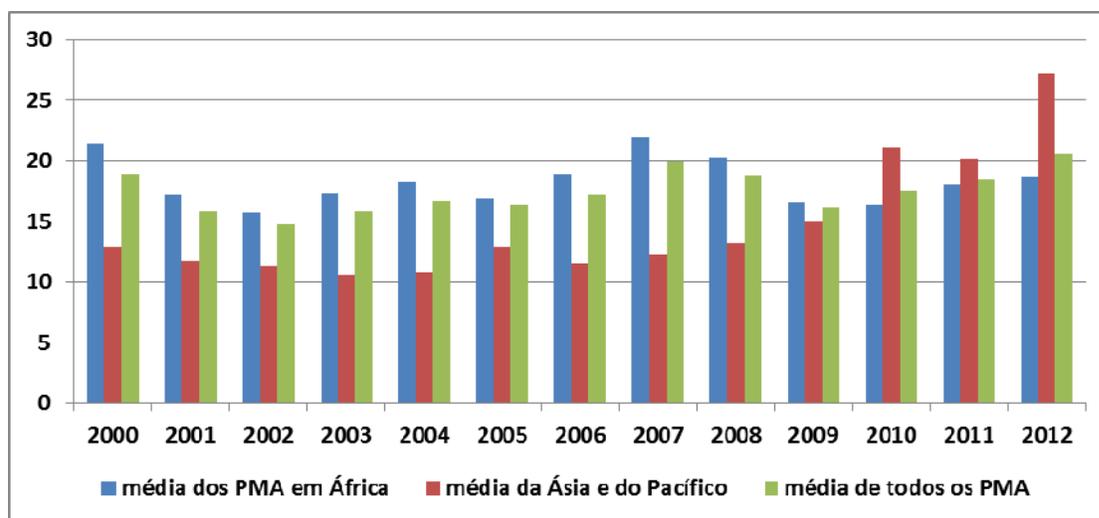
2.7 Mobilização de recursos financeiros para o desenvolvimento e o reforço de capacidades

Mobilização de recursos internos

26. As receitas, excluindo subvenções, em percentagem do PIB, aumentaram marginalmente de 16,5% em 2005 (baseado em 16 países) para 18,8% em 2012 (baseado em 14 países), mas ficou abaixo do nível em 2007 (22%). O Lesoto (61% com dados mais recentes em 2008), a Guiné Equatorial (48%) e Angola (40,9%) apresentam taxas extremamente altas, enquanto Sierra Leone, Etiópia e Madagáscar tem as proporções mais baixas (abaixo de 10%).

Figura 7

Receitas governamentais, excluindo subvenções, em percentagem do produto interno bruto

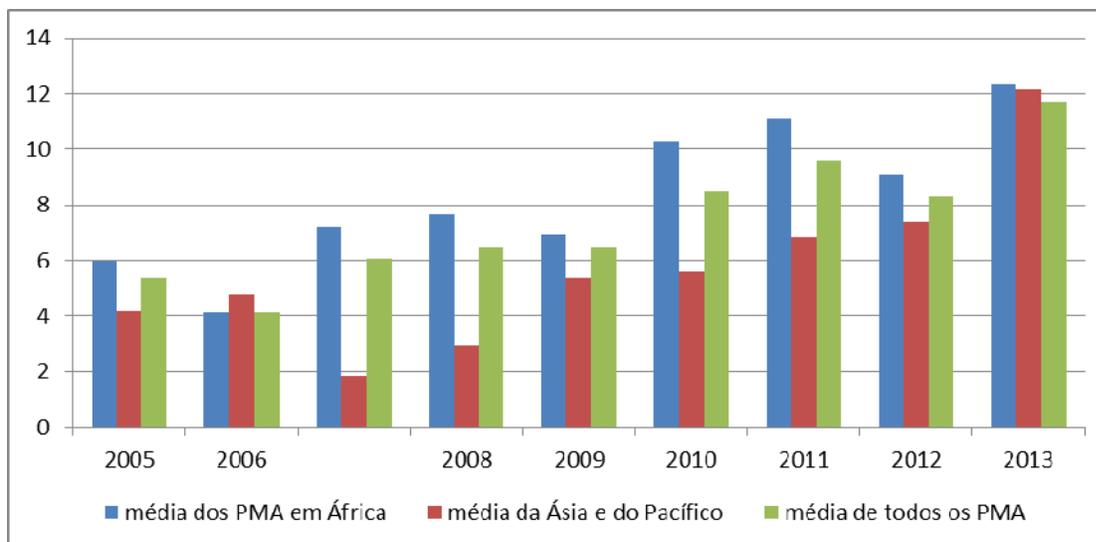


Fonte: Cálculos da CEA com base no Banco Mundial, 2014.

27. Os rácios relativamente baixos reflectem os condicionalismos na capacidade dos países africanos menos avançados de mobilizar recursos internos. Contudo, antes de 2008, a mobilização de recursos internos era mais elevada nos países africanos menos avançados em comparação com a situação das categorias em geral dos países menos avançados e com a média dos países da Ásia e do Pacífico. Desde 2010, contudo, a mobilização ficou abaixo da média para os países menos avançados, enquanto os países asiáticos superaram os países africanos e a média global (figura 7).

Figura 8

Tendências das poupanças internas brutas (em percentagem do produto interno bruto)



Fonte: Cálculos da CEA com base no Banco Mundial, 2014.

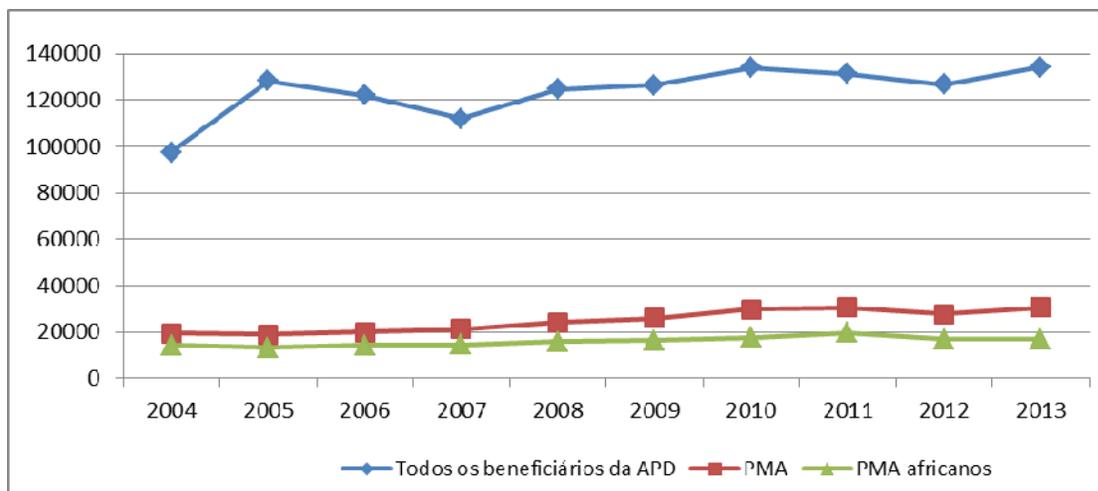
28. Desde 2005 que os países africanos menos avançados têm excedido ou igualado a taxa de poupança interna bruta média para os países menos avançados. O desempenho foi impulsionado elevado nível de poupança dos países ricos em recursos naturais, particularmente a Guiné Equatorial e Angola. As taxas de poupança interna bruta cresceram durante o período 2005-2013, passando de 4,9% (2005, 29 países) para 9,5% (2013, 22 países), com a média variando entre uma percentagem alta de 37,7% em Angola e uma baixa de 51,9% na Libéria. Na verdade, ao longo do período 2005-2013, seis países apresentaram grandes valores positivos da taxa média de poupança interna bruta (Angola, Mauritânia, Sudão, Sudão do Sul, Guiné Equatorial e Chade) enquanto os outros cinco apresentaram valores negativos (Burundi, Comores, Eritreia, Libéria e Lesoto). Em outras palavras, há uma clara distinção entre países ricos e pobres em recursos ou países em situação de pós-conflito. Os países africanos menos avançados terão que reforçar as medidas para melhorar a mobilização de recursos, incluindo através do reforço das capacidades da administração fiscal, para pôr cobro aos fluxos financeiros ilícitos e melhorar as capacidades de intermediação das instituições financeiras.

Ajuda Oficial ao Desenvolvimento

29. O fluxo da ajuda oficial ao desenvolvimento do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento para os países menos avançados e os países africanos menos avançados, em particular, não mudou muito desde 2004. Entre 2004 e 2013, a participação do fluxo de ajuda oficial ao desenvolvimento foi cerca de 20% para os países menos avançados e 15% para os países africanos menos avançados. O nível de desembolsos manteve-se constante em aproximadamente \$20 mil milhões por ano (Figura 9).

Figura 9

Ajuda Oficial ao Desenvolvimento prestada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento para o período 2004-2013, em milhões de dólares americanos a preços constantes de 2012.

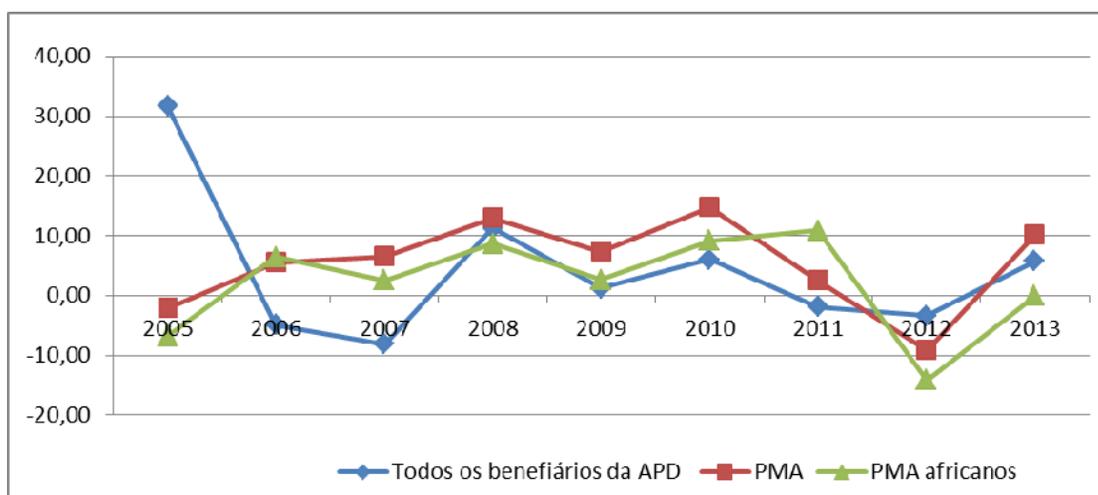


Fonte: OCDE, 2014.

30. No entanto, a prestação da ajuda oficial ao desenvolvimento é volátil, conforme apresentado na figura 10. A ajuda oficial ao desenvolvimento para os países africanos menos avançados baixou em 2012 em relação à 2011. Em termos gerais, essa ajuda prestada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento a todos os destinatários cresceu em cerca de 4,2% anualmente durante o período 2005-2013, enquanto a mesma média para o grupo de países menos avançados é de 5,4%, mas apenas 2,1 para os países africanos menos avançados.

Figura 10

Taxa de crescimento anual da ajuda oficial ao desenvolvimento prestada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento para o período 2005-2013, com base em dólares americanos a preços constantes de 2012.



Fonte: OCDE, 2014.

Dívida externa

31. Foram registadas grandes melhorias no volume da dívida externa dos países africanos menos avançados. Em termos percentuais, o rendimento nacional bruto do volume da dívida baixou de 112% (30 países) em 2005 para 35% em 2013 (30 países). A redução ocorreu principalmente no período 2005-2009 e há sinais preocupantes de um pequeno aumento no volume da dívida nos últimos anos. Dez países viram seu volume da dívida externa aumentar ao longo dos anos 2010-2013. Igualmente, apenas nove países apresentam baixos níveis de dívida externa (abaixo de 25%), enquanto 10 apresentaram níveis moderados de dívida externa (26-50%). Estes desenvolvimentos justificam o estreito acompanhamento deste indicador para uma selecção dos países africanos menos avançados. Em particular, a CEA apela para a redução significativa da dívida aos países afectados pela Ébola.

Investimento directo estrangeiro e remessas

32. Os afluxos líquidos de investimento directo estrangeiro para os países africanos menos avançados têm apresentado uma tendência ascendente nos últimos anos, apresentando um crescimento médio de 6% do PIB no período 2004-2013. Em 2004, esta média foi de 4,6, subindo para 6,4 em 2013. Na verdade, em termos de valores absolutos, os afluxos líquidos de IDE para os países africanos menos avançados passaram para mais do dobro, situando-se em 7,2 mil milhões em 2004 e 17,3 mil milhões em 2013, em dólares correntes (tabela 1). Contudo, a diversidade é grande entre os 31 países africanos menos avançados com dados de IDE. O IDE para os países africanos menos avançados está concentrado nos países ricos em recursos naturais. Moçambique (6,69 mil milhões), Guiné Equatorial (1,9 mil milhões), República Democrática do Congo (1,69 mil milhões) e Mauritânia (1,1 mil milhões) foram os principais destinos para os investimentos directos estrangeiros entre os países africanos menos avançados. O investimento directo estrangeiro representava mais de um terço do PIB da Libéria, pelo menos antes da crise do Ébola, reflectindo a forte confiança do investidor.

33. Há uma clara tendência para maiores investimentos directos estrangeiros nos países ricos em recursos, mas, os fluxos médios líquidos anuais de Angola foram negativos (-1,7 mil milhões de dólares em dólares correntes entre 2004 e 2013). Em outras palavras, Angola apresenta mais desinvestimento do que investimento a todos os níveis. No total, houve um afluxo líquido de \$122,5 mil milhões (dólares correntes) para os países africanos menos avançados ao longo do período 2004-2013. Isto representa 76% do total para todo o grupo de países menos avançados, 40% do total para África, excluindo o Norte de África, 2,4% do total para todos os países em desenvolvimento, mas apenas 0,7% do total do mundo de 1,7 triliões (Banco Mundial, 2014).

Tabela 1

Afluentes líquidos de investimento directo estrangeiro em 2013

2013	<i>Afluxos Líquidos de Investimento Directo Estrangeiro (Balança de pagamento, dólares correntes)</i>	<i>Afluxos Líquidos de Investimento Directo Estrangeiro (percentagem do PIB)</i>
Angola	-7.120.017.424	-5,7
Benim	320.057.273	3,9
Burkina Faso	374.319.286	3,2
Burundi	6.884.807	0,3
República Centro Africana	800.000	0,1
Chade	538.417.942	4,0
Comores	13.935.399	2,3
Rep. Democrática do Congo	1.697.585.831	5,2
Guiné Equatorial	1.914.000.000	12,3
Eritreia	43.859.000	1,3
Etiópia	952.959.700	2,0
Gâmbia	25.280.000	2,8
Guiné	135.330.000	2,2
Guiné Bissau	14.501.862	1,5
Lesoto	44.895.533	1,9
Libéria	700.267.800	35,9
Madagáscar	837.532.519	7,9
Malawi	118.437.890	3,2
Mali	410.287.672	3,7
Mauritânia	1.126.004.760	27,1
Moçambique	6.697.422.432	42,8
Níger	631.444.822	8,5
Rwanda	110.780.484	1,5
São Tomé e Príncipe	10.594.345	3,4
Senegal	298.256.720	2,0
Sierra Leone	144.089.846	3,5
Sudão	2.179.116.544	3,3
República Unida da Tanzânia	1.872.392.115	5,6
Togo	84.246.700	1,9
Uganda	1.194.398.346	5,6
Zâmbia	1.810.900.000	6,8
Países africanos menos desenvolvidos	17.296.092.204	6,4

Fonte: Banco Mundial, 2014.

2.8 Boa governação a todos os níveis

34. Em 2013, a maioria dos países africanos menos avançados ratificou pelo menos 10 dos 17 tratados internacionais de direitos humanos e protocolos facultativos. Com excepção nomeadamente

do Chade, Guiné Equatorial, Eritreia, Gâmbia e Somália, outros países africanos menos avançados assinaram ou ratificaram a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção.² A adopção desta convenção mostra o empenho e vontade destes países na luta contra a corrupção e a má governação.

35. A nível regional, o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares continua a funcionar como um quadro para a alto-controlo e a boa governação, entre os países que o aderiram. Em 2015, registou-se uma adesão de 35 países africanos ao Mecanismo, dos quais 17 concluíram a sua auto-avaliação. A maioria dos países menos avançados que aderiram ao mecanismo concluíram as suas avaliações pelos pares ou estão em vias de realizar a avaliação pelos pares; os outros ainda não deram início ao processo de avaliação (tabela 2). Um factor importante na concepção do mecanismo é a sua abordagem holística de governação, com foco em quatro eixos temáticos: desenvolvimento económico, político, empresarial e socioeconómico. Com efeito, os resultados dos 17 países avaliados apresentam uma análise detalhada e equilibrada da situação do país identificado. Reconhecendo a importância do mecanismo, a União Africana está actualmente a integrar o mecanismo no seu sistema como uma entidade autónoma, na sequência de uma decisão dos Chefes de Estado Africanos adoptada na 24ª Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, realizada em Julho de 2014.

Tabela 2

Progressos realizados nos países menos avançados em relação ao Mecanismo de Avaliação pelos Pares

<i>Países menos avançados que realizaram a avaliação pelos pares</i>	<i>Países menos avançados que iniciaram o processo de avaliação pelos pares</i>	<i>Países menos avançados que ainda não lançaram o processo de avaliação pelos pares</i>
Rwanda Benim Burkina Faso Uganda Mali Moçambique Lesoto Etiópia Sierra Leone Zâmbia República Unida da Tanzânia	Chade Gabão Djibouti Libéria Sudão Senegal	Angola Guiné Equatorial Malawi Mauritânia São Tomé e Príncipe, Togo Níger

Fonte: Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, 2014.

36. O sector extractivo constitui uma das principais vias dos fluxos financeiros ilícitos em África. Com vista a promover a transparência dos fluxos financeiros dos recursos naturais, 17 países africanos menos avançados aderiram a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas; seis destes países (Burkina Faso, República Democrática do Congo, Libéria, Níger, República Unida da Tanzânia e Zâmbia) fazem parte de um grupo de 12 países que aderiram ao projecto-piloto sobre propriedade efectiva. O projecto visa partilhar informações com os cidadãos sobre a apropriação e os beneficiários das empresas extractivas que operam nos seus países, através da divulgação da identidade dos proprietários reais por trás dos empreendimentos. Espera-se que este

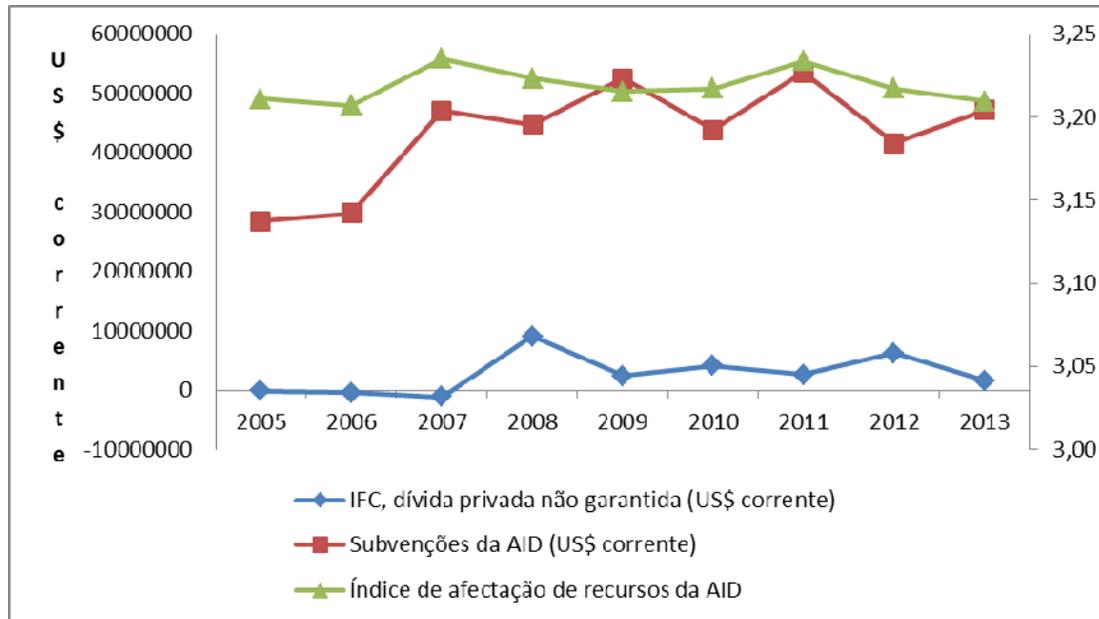
² Ver https://treaties.un.org/pages/viewdetails.aspx?src=ind&mtsg_no=xviii14&chapter=18&lang=en

projecto-piloto venha conduzir a procedimentos de comunicação amplamente aplicáveis para sobre a propriedade efectiva.

37. Os países africanos menos avançados mantiveram um índice médio de afectação de recursos da Associação Internacional para o Desenvolvimento entre 3,21 e 3,24 entre 2005 e 2013. O índice é usado para determinar a elegibilidade dos países para contrair empréstimos da Associação Internacional para o Desenvolvimento com base numa combinação de indicadores de governação da Avaliação da Política e das Instituições Nacionais. A média dos países africanos menos avançados coloca-os a meio caminho do intervalo do índice (variando entre um ponto baixo de 1 a um máximo de 6). A pontuação reflecte o resultado médio, com base num conjunto de indicadores de governação nas áreas de gestão económica, gestão e instituições do sector público, políticas estruturais e políticas de inclusão e equidade social. Durante o período 2005-2013 as subvenções médias da Associação Internacional para o Desenvolvimento oscilaram entre \$41 milhões e \$53 milhões, com excepção de 2005 e 2006, onde a média foi de menos de \$30 milhões. Não obstante, as subvenções da Associação foram ainda superiores ao financiamento líquido da International Finance Corporation (Figura 11), o que é favorável para os países menos avançados, dado que a Associação oferece um financiamento em condições favoráveis, do qual os países pobres podem obter empréstimos à taxa zero.

Figura 11

Fluxos privados e não garantidos da International Finance Corporation, subvenções e índice de afectação de recursos da Associação Internacional para o Desenvolvimento, de 2005 a 2013



Fonte: Banco Mundial, 2014.

3. Progressos para a graduação e a transição harmoniosa

38. A recomendação para a graduação exige que determinados critérios de elegibilidade sejam satisfeitos em duas análises consecutivas. Os limiares de graduação para a revisão de 2015 são os seguintes:

- Rendimento nacional bruto por habitante: \$1.242 ou mais (\$2.484 para o critério de rendimento apenas)
- Índice de capital humano: 66 ou acima
- Índice de vulnerabilidade económica: 32 ou abaixo

39. Existem actualmente 10 países elegíveis para graduação, com base nos limiares de 2015. Desses países, prevê-se a graduação de dois (Vanuatu e Guiné Equatorial) em 2017, dos quais um (Vanuatu) tinha sido recomendado para graduação em 2012. Apenas o Nepal satisfaz os critérios de graduação do índice de vulnerabilidade económica. Existem apenas dois países africanos menos avançados que são elegíveis para graduação. De resto, a sua elegibilidade baseia-se no critério de rendimento apenas; nenhum deles satisfaz o índice de capital humano ou os critérios de índice de vulnerabilidade económica.

Tabela 3
Países menos avançados elegíveis para graduação

	<i>Rendimento Nacional Bruto</i>	<i>Índice de Capital Humano</i>	<i>Índice de vulnerabilidade Económica</i>	<i>Elegibilidade</i>
Nepal	659	68,7	26,2	Índice de capital humano ou índice de vulnerabilidade económica
Butão	2277	66,8	39,9	Rendimento nacional bruto, índice de capital humano
Ilhas Salomão	1402	71,7	50,6	Rendimento nacional bruto, índice de capital humano
São Tomé e Príncipe	1431	77,4	39,1	Rendimento nacional bruto, índice de capital humano
Timor Leste	3767	57,4	54,9	Rendimento nacional bruto apenas
Angola	4518	41,9	39,5	Rendimento nacional bruto
Kiribati	2489	86,3	71,5	Rendimento nacional bruto, índice de capital humano
Tuvalu	5788	87,6	54,5	Rendimento nacional bruto, índice de capital humano
Vanuatu	2997	81,3	47,3	Rendimento nacional bruto, índice de capital humano
Guiné Equatorial	16089	54,8	39,5	Rendimento nacional bruto apenas

Fonte: Comité para a Política de Desenvolvimento, 2015.

3.1 Critério do rendimento nacional bruto

40. Oito países africanos menos avançados³ têm o rendimento nacional bruto por habitante igual ou superior ao limiar da graduação de 2015 de \$1.242. Deste grupo, dois países (Guiné Equatorial e Angola) têm o rendimento nacional bruto que representa mais do dobro do limiar (ou seja, \$2.484), torna-os elegíveis para graduação com base no critério de rendimento nacional bruto apenas. A Guiné Equatorial foi recomendada para graduação pelo Comité para a Política de Desenvolvimento na sua segunda revisão trienal em 2012. Angola preencheu os critérios pela segunda vez em 2015 e pode ser recomendada para graduação pelo Comité.

³ Angola, Djibouti, Guiné Equatorial, Lesoto, Mauritânia, São Tomé e Príncipe, Sudão e Zâmbia.

3.2 Critério de índice de capital humano

41. O índice de capital humano para os países africanos menos avançados foi, em média, de 45,11 durante o período 2011-2013, situando-se muito abaixo do limiar de 66 exigido para a graduação. A graduação através do critério de índice de capital humano constitui um desafio para esses países. A sua graduação tem sido sustentada pelos recursos naturais e, por conseguinte, foi alcançado principalmente através do critério de rendimento. Mesmo após ou durante o processo de graduação, a melhoria no índice de recurso humano é lenta. O Botswana, que graduou-se em 1994, ainda tinha uma pontuação de índice de capital humano de 64,4 em 2006, enquanto a Guiné Equatorial e Angola tinham pontuações relativamente baixas de índice de capital humano de 43 e 31,6 respectivamente em 2012⁴. Estimativas recentes revelam melhorias no índice para Angola (41,9) e Guiné Equatorial (54,8), mas as pontuações estão ainda abaixo do limiar de graduação de 66.

42. Embora os dados de 2014 não estejam contemplados na análise, vale a pena uma discussão sobre o provável impacto da doença do vírus Ébola no índice de capital humano, dado ao facto que dois dos indicadores que compõem o índice baseiam-se na saúde (mortalidade de menores de 5 anos) e nutrição (percentagem da população subnutrida).

3.3 Critério de índice de vulnerabilidade económica

43. Tendo como base os dados de 2012, os países africanos menos avançados apresentam níveis altos no índice de vulnerabilidade económica, com uma média de 44,9 em comparação com o limiar de graduação de 32. A título de comparação, o índice médio de vulnerabilidade económica entre os países que não figuram entre os países africanos menos avançados é de 31,3, mostrando um défice significativo que deve ser coberto pelos países menos avançados para que haja convergência do índice de vulnerabilidade económica. Os cinco primeiros com maior desempenho entre os países africanos menos avançados são a Guiné, República Unida da Tanzânia, Etiópia, Togo e República Democrática do Congo, com pontuações que vão de 28,6 a 35,4.

44. Em geral, os países africanos menos avançados são altamente dependentes das exportações de recursos minerais e matérias-primas. Com a descida dos preços do petróleo, por exemplo, vários destes países, portanto, poderão registar uma queda nas suas receitas de exportação e nas suas taxas de crescimento económico. Desde Junho de 2014 que os preços do petróleo a nível mundial baixaram para mais de metade, de cerca de \$110 por barril em 2010 para abaixo de \$50 por barril no presente momento. Por outro lado, esta situação pode vir a ser benéfica para os países importadores líquidos de petróleo, uma vez que reduzirá os seus custos de importação. Da mesma forma, os preços do minério de ferro baixaram a nível mundial em 47% em 2014, e esta tendência não se alterou desde o início de 2015. A Guiné e a Sierra Leone são dois dos países menos avançados que estão directamente afectados por esta evolução, estando o primeiro prestes a explorar as suas enormes reservas de minério de ferro e o último altamente dependente desse recurso para as suas exportações e crescimento.

45. No que respeito à graduação, a Guiné Equatorial e Angola são os dois países africanos menos avançados que apresentam maior probabilidade de mudança de estatuto. Apesar destas perspectivas favoráveis, ambos os países apresentam uma pontuação baixa no índice de vulnerabilidade económica, com pontuações de 43,7 e 39,5 para Guiné Equatorial e 51,3 e 39,5 para Angola, em 2012 e 2015, respectivamente. A recente queda nos preços do petróleo, um recurso do qual ambos os países são altamente dependentes, pode afectar as suas perspectivas de saída da categoria de países menos avançados.

⁴170.000 pessoas na Libéria, 120.000 na Sierra Leone e 230.000 na Guiné.

4. Impacto da doença do vírus Ébola nos países menos avançados

46. Com o recente surto do vírus Ébola na África Ocidental, são altas as probabilidades de deterioração do desempenho em todos os critérios de graduação, pelo menos, para os três países menos avançados que foram mais afectados pelo surto, nomeadamente a Guiné, a Libéria e a Sierra Leon.

47. De um modo geral, a crise do Ébola teve um impacto negativo na actividade económica e social nesses países, particularmente nas seguintes áreas: produção agrícola e consumo, investimentos, receitas públicas, serviços de saúde, educação, emprego, turismo, produção e expansão mineira, importações e exportações, inflação, balança de pagamentos, défice orçamental e segurança nacional e pessoal. Todos esses factores têm estado a deteriorar e continuarão com esta tendência caso não forem adoptadas estratégias de recuperação imediatamente.

48. A crise irá resultar na queda do rendimento nacional bruto dos países afectados devido à redução projectada da taxa de crescimento do PIB de 2014 situado entre 2 e 5 pontos percentuais. As projecções iniciais para 2015 foram também revistas em baixa, com um cenário de crescimento zero previsto pelas autoridades da Libéria e taxas negativas de crescimento previstas pelo Banco Mundial para a Guiné e Sierra Leon. Além do elevado número de mortes, o surto também afectou gravemente a actividade produtiva. Os trabalhadores, incluindo pequenos agricultores, mulheres e professores de escolas privadas, não foram pagos durante o surto, quando as escolas foram encerradas. O declínio da actividade económica também arrastou para baixo a indústria do turismo, resultando em demissões de trabalhadores dos subsectores de entretenimento e hoteleiros. A redução do rendimento devido à perda de membros da família, o encerramento de mercados e escolas, a restrição no comércio transfronteiriço e a diminuição da produção agrícola devido a quarentenas e ao medo, são factores que tiveram um impacto negativo nas populações. Além disso, a crise do Ébola teve efeitos catastróficos na capacidade de criação de rendimentos das economias locais e das associações de crédito, bem como das pequenas e médias empresas.

49. O subíndice de choque do índice de vulnerabilidade económica inclui choques relacionados com as catástrofes naturais, a instabilidade da produção agrícola e a instabilidade das exportações de bens e serviços. A crise do Ébola provavelmente terá um impacto no índice de vulnerabilidade económica devido ao seu efeito na agricultura e condições de estabilidade.

50. Em todos os três países, a agricultura foi duramente atingida pelo Ébola, tanto no consumo interno como na exportação. As projecções para o crescimento da produção agrícola em 2014 foram revistas em baixa, pelo menos, em 2 pontos percentuais, nos três países. Nas regiões mais atingidas pela doença, o impacto é muito maior do que aqueles apresentados pelos indicadores nacionais, especialmente no que diz respeito à produção e consumo do arroz. Em todos os três países, o número de pessoas em situação de insegurança alimentar aumentou. Calcula-se que o número total de pessoas em situação de insegurança alimentar por causa do Ébola, nos três países, é de 170.000 na Libéria, 120.000 na Sierra Leone e 230.000 na Guiné. Isto afectou o desempenho de todos os três países no índice de capital humano, uma vez que a incidência de desnutrição entre as famílias vulneráveis aumentou e reduziu a disponibilidade e o acesso a uma dieta equilibrada e diversificada, bem como o acesso aos serviços de saúde.

51. O sector mineiro é estratégico para todos os três países, devido à sua contribuição nas exportações e no crescimento económico. Foram registados, no sector, encerramentos operacionais a curto prazo devido à histeria provocada pelo surto, mas poderão também ser registados impactos de longo prazo devido ao comportamento de alguns intervenientes importantes no sector. Na Sierra Leon, a companhia mineira London Mining, um dos maiores investidores no país, declarou falência

depois de não conseguir assegurar financiamento devido a preocupações do Ébola, situação que foi agravada com a queda dos preços do minério de ferro. A Arcelor Mittal teve de abrandar a sua expansão de \$1,7 mil milhões na Libéria após a retirada dos seus subcontratantes, e a Rio Tinto suspendeu um investimento de \$20 mil milhões no projecto Simandou, na Guiné.

52. O impacto negativo da crise nas populações reflectir-se-á nos sectores sociais, afectando nomeadamente a situação nutricional de grandes segmentos da população. Isto terá implicações no índice de capital humano.

53. As pontuações para 2014 no índice de capital humano dos países afectados irão inevitavelmente deteriorar-se, visto que a doença teve um grave impacto na nutrição e na saúde. O vírus Ébola contribuiu significativamente para a insegurança alimentar, limitando a actividade agrícola, o acesso e a disponibilidade de um regime alimentar equilibrado. Estima-se que o vírus tenha deixado mais de 500.000 pessoas em situação de insegurança alimentar em 2014⁵, e este número deverá subir no início 2015 (CEA, 2015). Esta situação poderá agravar a prevalência da desnutrição nestes países, onde próximo de 30% da população já é subalimentada (na Libéria, 28,6% e na Sierra Leone 29,4% entre 2011 e 2013) e próximo de 20% das crianças menores de 5 anos está abaixo do peso (15% na Libéria e 19,9% na Sierra Leone) (Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares e outros 2014). A taxa de mortalidade de menores de 5 anos pode igualmente subir. O vírus Ébola sobrecarregou e levou ao limite as instalações de saúde nos países afectados, de tal forma que muitas dessas instalações viram obrigadas a abandonar as suas actividades. Isto forçou muitas mulheres a dar a luz em casa e privou as crianças da vacinação e dos cuidados médicos básicos. Na Sierra Leon, o Ministério da Saúde e Saneamento estimou que, embora o número de crianças que morrem de doenças curáveis, tais como a malária e a diarreia, exceda o número de mortes causadas pelo Ébola, uma percentagem significativa dessas mortes (50%) resulta de uma resposta comportamental em relação à doença que pode ser caracterizada como “fobia do Ébola”. Tal inclui a recusa, baseada no medo, de procurar tratamento médico quando sofrem de doenças tratáveis (Ministério da Saúde e Saneamento da Sierra Leone, 2014).

54. No plano macroeconómico, a crise também contribuiu para um desvio de despesas de investimentos e projectos de desenvolvimento para as respostas de combate à doença, o que no longo prazo afectar o crescimento e o desempenho económico no índice de vulnerabilidade económica e no índice de capital humano.

55. Um dos principais factores que contribuiu para a escalada da crise foi a insuficiência de capacidades financeiras e humanas a nível nacional, que fez com que a resposta à doença dependesse da disponibilidade do apoio internacional. Essa alta dependência ao apoio externo também é um sinal de vulnerabilidade económica e uma consequência do nível baixo de receitas, baixo rendimento nacional bruto e baixo volume de exportações. Todos os países africanos menos avançados devem aprender com esta crise e devem envidar esforços para melhorar a sua capacidade de mobilização de recursos internos. Esforços com vista à transformação económica e estrutural devem ser igualmente redobrados para reforçar a capacidade de resistência aos choques económicos e relacionados com a saúde.

⁵170.000 pessoas na Libéria, 120.000 na Sierra Leone e 230.000 na Guiné.

5. Referências

Banco Africano de Desenvolvimento, Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comissão Económica para África (2011). *Perspectivas Económicas para África 2011*.

União Africana (2015). A 24ª Cimeira da UA encerra com um forte apelo para a emancipação das mulheres em África como medida para alcançar os objectivos da Agenda 2063. Disponível no seguinte endereço web <http://summits.au.int/en/24thsummit/events/24th-au-summit-ends-strong-call-women-empowerment-africa-step-towards-Agenda-2063>, dados descarregados em 10 de Fevereiro de 2015.

Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (2014). Países membros. Disponível no seguinte endereço web <http://aprm-au.org/aprm-map>

Comissão Económica para África, Comissão da União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014). *Avaliar os progressos realizados em África para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*. Adis Abeba.

Comissão Económica para África, Comissão da União Africana, Banco Africano de Desenvolvimento (2013). *Avaliar a Integração Regional em África (ARIA-IV), Harmonizar as Políticas para Transformar o Ambiente Comercial*. Adis Abeba.

Comissão Económica para África (2015). *Impactos socioeconómicos do Ébola em África*. Adis Abeba.

Organização para a Alimentação e a Agricultura (2014). Despesas Públicas no sector da Agricultura. Séries experimentais. Disponível em <http://www.fao.org/economic/ess/ess-economic/expenditure/en/>, dados descarregados em 26 de Janeiro de 2015.

----- (2015). Despesas públicas com Bases de Dados da Agricultura, dados descarregados em 10 de Fevereiro de 2015.

Instituto Internacional de Pesquisa sobre Políticas Alimentares, Welt Hunger Hilfe e Concern Worldwide (2014). Índice Mundial da Fome: O Desafio da Fome Oculta. Washington, DC. Outubro de 2014.

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (2014). Estatísticas da OCDE. Disponível em <http://stats.oecd.org/?lang=en&SubSessionId=b9a56b26-e9dc-492f-b4be-6158b279df68&themetreeid=-> dados descarregados em 27 de Janeiro de 2015.

Ministério de Saúde e Saneamento da Sierra Leone (2014). Inquérito sobre os Estabelecimentos de Saúde na Sierra Leone 2014: Avaliar o Impacto do Surto do Ébola nos Sistemas de Saúde na Sierra Leone. Inquérito realizado entre 6-17 de Outubro de 2014. Freetown. 3 de Dezembro de 2014.

Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (2014). Estatísticas da CNUCED. Disponível em <http://unctadstat.unctad.org/wds/ReportFolders/reportFolders.aspx>

----- (2010), *Relatório sobre os Países Menos Avançados. Rumo a uma Nova Arquitectura Internacional de Desenvolvimento para os Países Menos Avançados*. Genebra.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2015). Instituto de Estatísticas da UNESCO, dados descarregados em 22 de Janeiro de 2015.

Gabinete do Alto Representante das Nações para os Países Menos Avançados, Países em Desenvolvimento sem Litoral, e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (2014), *A Situação dos Países Menos Avançados 2013. Acompanhamento da Execução do Programa de Acção de Istanbul para os Países Menos Avançados. Tema Especial sobre a Erradicação da Pobreza Extrema nos Países Menos Avançados e Agenda de Desenvolvimento Pós-2015*.

Nações Unidas, Divisão de Estatísticas (2014). Indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Disponível em <http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Data.aspx>, dados descarregados em 16 de Janeiro de 2015.

Programa Alimentar Mundial (2013). A situação da alimentação escolar a nível mundial 2013, dados descarregados em 9 de Fevereiro de 2015.

Banco Mundial (2014). Base de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial, dados descarregados em 27 de Janeiro de 2015.

----- (2014). Dados do Banco Mundial: WBI. Disponível em <http://databank.worldbank.org/data/home.aspx> dados descarregados em 12 de Fevereiro de 2015.

----- (2014b). Reduzir a Pobreza e Investir nas Pessoas: O Novo Papel das Redes de Segurança em África. Washington D.C. Disponível em www.worldbank.org/en/region/afr/publication/the-new-role-of-safety-nets-in-africa